



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA 21/2017

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, no prédio do PREVIMPA sito à Rua Uruguai número duzentos e setenta e sete, décimo quarto andar, teve início a quingentésima quinquagésima quinta reunião ordinária do Conselho de Administração do PREVIMPA. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Adriane da Silva Carvalho, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Antonio Carlos da Costa Pinto, Cárin Cecília da Rosa Carvalho, Clarazete Gautério de Farias, Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes, Edson Zomar de Oliveira, Fabiana Zambiasi, Guacyra Lima Ávila, Isabel Cristina Junqueira, Jardel de Borba Cunha, Luciane Pereira da Silva, Luis Fernando de Fraga Silva, Luis Ferrari Borba, Marilena Ruschel da Cunha, Marisa Ney Santos Pinho, Pedro Luis da Silva Vargas, Renan da Silva Aguiar, Teresinha Casagrande e Valdemir de Souza Estran. A presidente Luciane Pereira da Silva dirigiu a sessão com o secretário Luis Fernando de Fraga Silva. EXPEDIENTE-ITEM 01: Apresentação da Ata 020/2017 de 11/07/2017, aprovada com a alteração solicitada pelo conselheiro Antônio Carlos da Costa Pinto. EXPEDIENTE-ITEM 02: Informes: A presidente Luciane Pereira da Silva informou que na data de hoje ocorrerá reunião entre o Simpa e o Governo Municipal para tratar da pauta da data-base do funcionalismo municipal, motivo pelo qual necessitará ausentar-se da sessão por volta das dez horas e quarenta e cinco minutos. O conselheiro Edson Zomar de Oliveira informou sobre a dificuldade que a Câmara Municipal está encontrando em legalizar a sessão que aprovou o aumento da alíquota previdenciária face não haver segurança jurídica. O conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas ratificou a proposta da inclusão, no projeto de lei que trata do Comitê de Investimentos, de artigo mencionando que é de relevância para o Município de Porto Alegre o desempenho da função de conselheiro do Previmpa, nos moldes do artigo 8º da Lei Complementar 661 de 07/12/2010. ORDEM DO DIA: A presidente Luciane Pereira da Silva efetuou a leitura da nota deste conselho acerca da aprovação do aumento da alíquota previdenciária pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, sugerida pelo conselheiro Adroaldo Bauer Spindola Correa na sessão anterior, sendo a mesma aprovada por maioria simples. ORDEM DO DIA ITEM 01: Antes da leitura do Parecer, o conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas solicitou que os processos sejam distribuídos com antecedência de forma a possibilitar tempo adequado para que a análise e estudos para edição de pareceres e decisão do Conselho tenham o tempo adequado. O conselheiro Renan da Silva Aguiar explicou que com a troca da gestão, alguns processos estão sofrendo atrasos na liberação. A seguir o conselheiro Antônio Carlos da Costa Pinto efetuou a leitura do Parecer 015/2017, referente ao processo 009.001108.17.4, que trata de contratação de empresa de limpeza e conservação no âmbito do Previmpa. O conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas manifestou sua preocupação com a saúde ocupacional dos terceirizados e questionou se está incluído no contrato, e que o gestor do contrato deverá se preocupar com essa cláusula e fiscalizar o seu cumprimento por parte da contratada. O relator Antônio Carlos da Costa Pinto esclareceu que consta cláusula no contrato sobre o tema. A conselheira Marilena

46 Ruschel da Cunha também manifestou sua preocupação com a saúde e segurança do trabalho
47 dos servidores terceirizados. O secretário Luis Fernando de Fraga Silva manifestou sua
48 preocupação pela redução no valor do contrato em relação ao praticado pela empresa atual, o
49 que em sua opinião precariza a prestação do trabalho. A conselheira Teresinha Casagrande
50 manifestou sua preocupação quanto ao treinamento em relação ao uso adequado dos produtos
51 químicos por estes trabalhadores e o correto uso de equipamentos de proteção individual. O
52 conselheiro Luís Ferrari Borba mencionou que não fica particularmente feliz com a redução
53 dos valores do contrato, pois remete a uma precarização do trabalho e que trata-se de uma
54 adequação a uma realidade muito difícil que estamos vivendo. Que a fiscalização de serviços
55 pode ser bem complexa, tendo em vista que o fiscal da PMPA está sendo instado a substituir
56 a fiscalização do INSS e do Ministério do Trabalho. Na seqüência o vice-presidente Renan
57 da Silva Aguiar, em substituição à Presidente Luciane Pereira da Silva colocou o parecer em
58 votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ORDEM DO DIA ITEM 02: O servidor
59 Dalvin Gabriel José de Souza apresentou o resultado dos investimentos do Previmpa
60 referentes ao terceiro bimestre do ano de 2017, com um resultado de R\$ 1.510.593.000,39 e
61 salientou a expectativa de que esse valor ultrapasse a marca de dois bilhões no decorrer do
62 ano de 2018. ORDEM DO DIA ITEM 03: O Diretor Administrativo Financeiro do Previmpa
63 Rodrigo Machado Costa apresentou um quadro referente ao debate e propostas elaboradas
64 pelo CAD até a sessão anterior, referentes à minuta de lei ordinária que cria o Comitê de
65 Investimentos do Previmpa, faltando somente à deliberação acerca do jetom. Apresentou
66 planilha com a projeção de gasto anual considerando os percentuais de vinte e cinco por
67 cento, quinze por cento, dez por cento e cinco por cento do padrão NS. O conselheiro Pedro
68 Luis da Silva Vargas defendeu a remuneração nos moldes da GPREV, baseada em critérios
69 de produtividade e sugeriu a sua extensão aos servidores que não pertencem aos quadros do
70 Previmpa, com um critério diferenciado. O conselheiro Renan da Silva Aguiar esclareceu
71 que a extensão da GPREV é complicada, pois a mesma gratificação não pode ter dois
72 critérios de mensuração. O conselheiro Adroaldo Bauer Spindola Correa esclareceu que as
73 atribuições dos membros do Comitê de Investimentos são de natureza diferenciada das do
74 cargo para o qual prestaram concurso, pois são gestores semelhantes a um investidor de um
75 fundo que delibera sobre a aplicação de recursos financeiros, e que na hipótese dessas
76 pessoas declinarem dessa competência, o Previmpa acabará contratando um serviço privado
77 a um custo de uns trinta milhões para prestar um serviço que poderia ser executado mediante
78 um jetom. Na seqüência os presentes deliberaram por votação para escolha entre jetom ou
79 gratificação sendo vencedora a proposta do jetom por quatorze votos favoráveis, um voto
80 contrário do conselheiro Edson Zomar de Oliveira e abstenções dos conselheiros Adroaldo
81 Bauer Spindola Correa, Luis Ferrari Borba e Valdemir de Souza Estran. O conselheiro Pedro
82 Luis da Silva Vargas solicitou que fosse consignada em ata a rejeição da sua proposta de
83 extensão da GPREV ao Comitê de Investimentos. Na seqüência passou-se a discutir o
84 percentual do jetom. O conselheiro Edson Zomar de Oliveira mencionou que historicamente
85 a tarefa vem sendo executada com sucesso sem o pagamento de jetom. Citou que o jetom não
86 é garantia de sucesso, e que não vê como justificar neste momento este valor. O conselheiro
87 Renan da Silva Aguiar esclareceu o TART já adota o percentual proposto de vinte e cinco
88 por cento e que suas responsabilidades são menores que as do Comitê de Investimentos. O
89 Conselheiro Luís Ferrari Borba reconheceu a mudança de caráter do Comitê de
90 Investimentos, mas manifestou a sua concordância, com o conselheiro Edson Zomar de
91 Oliveira, de que a qualificação do Comitê independe de jetom e que o alto valor proposto,
92 hoje, foge completamente da realidade da PMPA e do seu funcionalismo. Portanto, reiterou
93 que é contra esta proposta do Previmpa e, para evitar discussões arbitrárias, propõe que o
94 jetom do Comitê seja o deste Conselho, o da PMPA, admitindo discutir esse valor, se for o

95 caso. A conselheira Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes manifestou reconhecer que o
96 trabalho é significativo e de risco, que entende que o jetom é compatível, e propôs que o
97 mesmo seja de quinze por cento do padrão NS. A conselheira Isabel Cristina Junqueira
98 propôs o mapeamento dos jetons e gratificações da Prefeitura e que se estabeleça um jetom
99 dentro destes parâmetros. A conselheira Marisa Ney Santos propôs que o jetom seja de
100 quinze por cento do padrão NS. O conselheiro Valdemir de Souza Estran manifestou-se
101 contrário ao jetom por entender que ao mesmo tempo em que ocorre um ataque ao Previmpa
102 vai sair daqui uma proposta de remuneração diferenciada, e que a obrigação do Comitê de
103 Investimentos é fazer bem, pois ele também vai ser beneficiado com os resultados. O
104 conselheiro Edson Zomar de Oliveira manifestou que não é o valor do jetom que garantirá a
105 eficácia e a lisura do Comitê de Investimentos. O conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas
106 reapresentou sua proposta relativa à condição de relevância da função de conselheiro, o que
107 foi aceito por todos os participantes. O conselheiro Luís Ferrari Borba propôs o adiamento da
108 votação sobre o jetom, para uma próxima sessão e com menção expressa na pauta, tendo em
109 vista a importância do tema e o adiantado da hora, quando pelo menos dois conselheiros já
110 haviam se retirado. A proposta foi rejeitada por doze votos contra sete votos favoráveis. A
111 seguir procedeu-se a votação iniciando-se pela proposta dos conselheiros Edson Zomar de
112 Oliveira e Luis Ferrari Borba, a qual recebeu seis votos favoráveis, doze votos contrários e
113 uma abstenção. Procedeu-se então à votação das propostas por percentuais iniciando-se pelas
114 propostas das conselheiras Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes e Marisa Ney Santos Pinho,
115 a qual foi aprovada por nove votos favoráveis, oito votos contrários e uma abstenção.
116 Votaram favoravelmente os conselheiros (as) Cárin Cecília da Rosa Carvalho, Fabiana
117 Zambiasi, Marisa Ney Santos Pinho, Jardel de Borba Cunha, Teresinha Casagrande, Renan
118 da Silva Aguiar, Antônio Carlos da Costa Pinto, Guacyra Lima Ávila e Cleida Maria da
119 Cunha Feijó Gomes. Manifestaram o voto contrário os conselheiros (as) Adroaldo Bauer
120 Spindola Correa, Luis Ferrari Borba, Edson Zomar de Oliveira, Valdemir de Souza Estran,
121 Luis Fernando de Fraga Silva, Marilena Ruschel da Cunha, Clarazete Gautério de Farias e
122 Adriane da Silva Carvalho. Absteve-se de votar o conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas.
123 Na sequencia, ficou acordado que na última semana do corrente mês não haverá sessão deste
124 conselho. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente Renan da Silva Aguiar encerrou a
125 sessão às doze horas e vinte minutos e eu Luis Fernando de Fraga Silva lavro a presente Ata
126 que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

127

128 Luciane Pereira da Silva – Presidente

Luis Fernando de Fraga Silva – Secretário

129

130 Adriane da Silva Carvalho

Adroaldo Bauer Spindola Correa

131

132 Antonio Carlos da Costa Pinto

Cárin Cecília da Rosa Carvalho

133

134 Clarazete Gautério de Farias

Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes

135

136 Edson Zomar de Oliveira

Fabiana Zambiasi

137

138 Guacyra Lima Ávila

Isabel Cristina Junqueira

139

140 Jardel de Borba Cunha

Luis Ferrari Borba

141

142 Marilena Ruschel da Cunha

Marisa Ney Santos Pinho

143

144 Pedro Luis da Silva Vargas

Renan da Silva Aguiar

145

146 Teresinha Casagrande

Valdemir de Souza Estran